

REGIME JURÍDICO DO TELETRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

novos rumos para o governo digital

ORGANIZADORES

Diana Brandão Maia Mendes de Sousa
Horácio Augusto Mendes de Sousa
Rodrigo Santos Neves

AUTORES

Bruno Gomes Borges da Fonseca
Daury Cesar Fabríz
Diana Brandão Maia Mendes de Sousa
Eliza Martins Silva
Érico de Carvalho Pimentel
Francine Kampff Pimentel
Francisca Jeane Pereira da Silva Martins
Gabriela Pelles Schneider

Horácio Augusto Mendes de Sousa
Iuri Carlyle do Amaral Almeida Madruga
Jasson Hibner Amaral
Marcelo Vivacqua
Mônica da Silva Ramos
Renata Schmidt Gasparini
Rodrigo Santos Neves

PREFÁCIO

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

APRESENTAÇÕES

Adriano Sant'Ana Pedra
Dulce Margarida de Jesus Lopes

SUMÁRIO

AUTORES	5
NOTA DOS ORGANIZADORES: UMA BREVE INTRODUÇÃO AO DIREITO PÚBLICO DO TELETRABALHO	11
PREFÁCIO	21
APRESENTAÇÃO	27
APRESENTAÇÃO	31

CAPÍTULO 1 – O TRABALHO NO HIPERTECNOLÓGICO SÉCULO XXI E SEUS IMPACTOS NA ESFERA PRIVADA E PÚBLICA.....	33
---	----

Daury Cesar Fabriz

1 Introdução	33
2 A sucumbência do Welfare State	36
3 As mudanças no mundo do trabalho	39
4 Trabalho: uma mercadoria especial	44
5 Uma nova época histórica e a ressignificação do trabalho	46
6 O direito fundamental ao trabalho e fim do emprego	50
7 Novas tecnologias e impactos na administração pública.....	53
8 Considerações finais	56
Referências.....	57

CAPÍTULO 2 – O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E À SEGURANÇA DO TELETRABALHADOR PÚBLICO	59
--	----

Francisca Jeane Pereira da Silva Martins

Renata Schimidt Gasparini

1 Introdução	60
2 A revolução digital e as transformações na forma de trabalhar no serviço público	62
2.1 O teletrabalho na Administração Pública.....	65

2.2 A regulamentação do teletrabalho no serviço público à luz da Lei Complementar 874/2017	67
3 O direito fundamental à saúde e à segurança do teletrabalhador público em tempos de pandemia da Covid-19	68
3.1 O direito fundamental à saúde e à segurança do trabalhador.....	69
4 O dever fundamental da Administração Pública de garantir o meio ambiente do trabalho saudável ao teletrabalhador público	72
4.1 Dever fundamental: considerações gerais.....	72
4.2 Existe um dever fundamental da Administração Pública de garantir um meio ambiente do trabalho saudável ao teletrabalhador público?.....	74
5 Conclusões	76
Referências.....	77

CAPÍTULO 3 – O DIREITO FUNDAMENTAL DO TELETRABALHADOR PÚBLICO AO MEIO AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL	81
<i>Gabriela Pelles Schneider</i>	

1 Introdução	81
2 O direito fundamental ao meio ambiente do trabalho saudável....	83
3 O teletrabalhador público.....	87
4 O direito fundamental do teletrabalhador público ao meio ambiente do trabalho saudável.....	92
5 Considerações finais	94
Referências.....	96

CAPÍTULO 4 – O TELETRABALHO NA GESTÃO PÚBLICA E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	97
<i>Diana Brandão Maia Mendes de Sousa</i>	
<i>Horácio Augusto Mendes de Sousa</i>	

1 Introdução	97
2 O direito fundamental à igualdade da pessoa com deficiência	99
3 O teletrabalho na gestão pública e a inclusão da pessoa com deficiência	109
4 Considerações finais	117
Referências.....	119

**CAPÍTULO 5 – DEVERES FUNDAMENTAIS DO
TELETRABALHADOR PÚBLICO..... 123**
Rodrigo Santos Neves

1 Introdução: o trabalho como dever	123
2 O teletrabalho como nova forma de produção	124
2.1 O teletrabalho no serviço público	125
3 Deveres fundamentais	126
4 Deveres dos teletrabalhadores.....	129
5 Conclusões: há deveres fundamentais do teletrabalhador público	135
Referências	135

**CAPÍTULO 6 – O MARCO JURÍDICO DO TELETRABALHO
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** 139

Horácio Augusto Mendes de Sousa
Francine Kampff Pimentel
Eliza Martins Silva

1 Introdução	140
2 Estado transformado pelas revoluções tecnológicas e seus reflexos no trabalho público.....	142
3 O marco jurídico do teletrabalho na administração pública: estudo de caso do Estado do Espírito Santo	151
3.1 O regime jurídico do teletrabalho e sua implementação no âmbito das atividades administrativas na Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo: desafios e proposições	162
4 Considerações finais	172
Referências	172

**CAPÍTULO 7 – ADVOCACIA PÚBLICA E TELETRABALHO
NA ERA DO GOVERNO DIGITAL** 177

Jasson Hibner Amaral
Iuri Carlyle do Amaral Almeida Madruga
Horácio Augusto Mendes de Sousa
Érico de Carvalho Pimentel

1 Introdução	178
2 O Estado Democrático de Direito transformado pelas revoluções tecnológicas, o teletrabalho e seus reflexos na Advocacia Pública	179
3 O teletrabalho como instrumento para a implementação da Advocacia Pública 5.0.....	191
4 Considerações finais	196
Referências.....	197

CAPÍTULO 8 – TELETRABALHO NO ÂMBITO DO JUDICIÁRIO: DESAFIOS E PROPOSIÇÕES..... 203

Mônica da Silva Ramos

1 Introdução	203
2 Teletrabalho: Ponderações Iniciais	204
3 O teletrabalho no setor público – Poder Judiciário Federal	207
4 A sujeição do Poder Público ao Princípio da Legalidade	210
5 Produtividade na pandemia – trabalho remoto	215
6 Aspectos Positivos e Aspectos Negativos do Teletrabalho no Serviço Público	218
7 Conclusão.....	224
Referências.....	225

CAPÍTULO 9 – MINISTÉRIO PÚBLICO E A POSSIBILIDADE NORMATIVA DO REGIME EM TELETRABALHO 229

Bruno Gomes Borges da Fonseca

1 Introdução	229
2 Breves notas sobre o Ministério Público na Constituição Federal de 1988.....	231
3 Alguns apontamentos acerca do regime de teletrabalho.....	235
4 Possibilidade normativa de o membro do Ministério Público exercer sua atividade em regime de teletrabalho	240
5 Considerações finais	248
Referências.....	249

CAPÍTULO 10 – O TELETRABALHO COMO INSTRUMENTO DE INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DA SUBSECRETARIA DE

**INOVAÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO..... 255**

Diana Brandão Maia Mendes de Sousa

Marcelo Vivacqua

Horácio Augusto Mendes de Sousa

1 Introdução	256
2 Direito Público do teletrabalho: instrumento de inovação na gestão pública.....	257
3 O teletrabalho público e o relato de algumas experiências no âmbito da Subsecretaria de Inovação na Gestão da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Estado do Espírito Santo	264
4 Considerações finais	275
Referências.....	276